

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/39418	51936/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFG - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1/1)
Presidente da Câmara Municipal
Data: 2025-07-12 12:02:25
HASH: 727af7aeef1a2803776c4ee6e9c031f9



PROPOSTA DE DECISÃO PRELIMINAR

Processo: 39982/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Fiscalização de ocupação de espaço público

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Notificação ao proprietário para proceder à regularização ou remoção da Ocupação de Espaço Público

Técnica responsável:

Agente de fiscalização:

Local: Rua do Fujacal, n.º 80 UF S. José de S. Lázaro e S. João do Souto

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/39019 de 27 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Na sequência da informação prestada pela Polícia Municipal (PM) que, em deslocação ao local a 18/07/2025, constatou que se encontrava instalada, em ocupação de espaço público, uma (1) banca de fruta, sem que para tal o proprietário detivesse o necessário título e não se verificou a afixação, conforme exigido na alínea i), do n.º 1, do artigo I/33.º do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), do alvará de autorização de utilização, da lotação máxima do estabelecimento e do título da ocupação de espaço público, quando houver esplanada e horário de funcionamento da mesma, em local visível do exterior.

Desta forma, foi elaborada a respetiva Participação (PI-580-2025), de modo a que o Departamento Jurídico instaure os competentes processos contraordenacionais.

Considerando que, após nova deslocação ao local, se verificou que tudo se mantém e que não deu entrada de qualquer pedido de regularização, propõe-se superiormente que se determine a notificação do proprietário/explorador, de que dispõe do prazo máximo de cinco (5) dias para proceder:

1. À regularização ou remoção voluntária do referido elemento, porquanto tal facto viola o disposto no Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), consubstanciando um ilícito contraordenacional previsto e punido nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo I/30.º do CRMB; e
2. À afixação, em local visível do exterior, dos elementos supra mencionados (o alvará de autorização de utilização, a lotação máxima do estabelecimento e o título da ocupação de espaço público, quando houver esplanada e horário de funcionamento da mesma), porquanto a ausência dos mesmos viola o disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo I/33.º do CRMB, consubstanciando um ilícito contraordenacional previsto e punido nos termos do n.º 2, do artigo I/33.º do CRMB.

Caso, no prazo definido, o facto em causa não seja voluntariamente removido, a remoção será realizada coercivamente por este Município, sendo imputadas ao proprietário todas as despesas realizadas.



À superior consideração da Diretora do Departamento de Fiscalização,

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

